

P A C - SOCIETÁRIO

REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA
CONTADOR
CRC 1SP198857/O-2

2020



MISSÃO, VISÃO e VALORES

MISSÃO

Distribuir energia elétrica para os associados e consumidores com qualidade e ótimo atendimento, fortalecendo o cooperativismo.

VISÃO

Ser referência pela excelência na prestação de serviços, distribuição e geração de energia elétrica.

VALORES

- **Associados e colaboradores**
- **Excelência em serviços e distribuição de energia elétrica**
- **Ética**
- **Transparência**
- **Responsabilidade social**
- **Desenvolvimento regional e meio ambiente**

DIRETORIA 2020

Conselho de Administração

Laurindo Pereira Pinto	Presidente
João Koga	Vice-Presidente
Rosalina de Araujo Maria	Secretária
Maria do Carmo Chelist Miras	Diretor Vogal
Marco Antonio Machado	Diretor Vogal
Henrique Cirilo	Diretor Vogal
Marcio Weiss	Diretor Vogal

Conselho Fiscal

Marco Aurélio da Costa Soares	Conselheiro Titular
João Batista Pinto Sobrinho	Conselheiro Titular
Marcelo Eleutério	Conselheiro Titular
Hilda Domingues Pedroso dos Santos	Conselheiro Suplente
Antônio Roberto de Souza	Conselheiro Suplente
Marcio José Demazo	Conselheiro Suplente

Sumário

Relatório da Administração Societário.....	3
Carta do Presidente	4
Carta do Contador.....	5
Carta do Engenheiro	6
Cenário.....	7
Desempenho econômico-financeiro	13
Gestão.....	18
Agradecimentos.....	21
Balanco Patrimonial Societário	22
Demonstração do Resultado do Exercício Societário	24
Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício.....	26
Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Liquido Societário	27
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	28
Notas Explicativas.....	29
Parecer do Conselho Fiscal Societário.....	62
Parecer dos Auditores Independentes Societário	63

Relatório da Administração Societário

Senhores Cooperados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Sobre o ano de 2020 que foi o terceiro desta gestão na permissionária CERIS, relata-se a seguir com muita satisfação.

Esta cooperativa presta serviço de distribuição de energia no setor elétrico que é regulado pela ANEEL e continuamos com bons índices de satisfação do cliente.

Diante de um ano atípico devido à pandemia, mesmo com aumento na inadimplência, seguimos investindo na melhoria da infraestrutura de trabalho, bem como cumprimos o PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição, que envolve investimento, manutenção e melhoria nas redes, visando à diminuição contínua do número de ocorrências de falta de energia advindas de eventos da natureza.

Com 286 ligações novas executadas, atingiu-se a marca de 6.253 unidades consumidoras.

Cooperativismo buscando excelência na distribuição de energia através da melhoria contínua com responsabilidade regulatória, social, fiscal e ambiental.

Em 2021 – Parabéns C E R I S – 50 anos iluminando.

Que Deus continue abençoando a todos.

Laurindo Pereira Pinto

Presidente

Carta do Contador

“Não espere por uma crise para descobrir o que é importante em sua vida.”

Platão

Início esta carta agradecendo a DEUS por minha Vida, a Vida dos meus Familiares, Amigos e das demais pessoas e ao conforto das Famílias que se encontram enlutadas pela perda de algum ente querido.

Em um ano de dificuldades na área de saúde, o que impacta diretamente a vida da população e das empresas, pois a economia, devido as constantes aplicações de restrições de mobilidade no intuito de se controlar a Pandemia, vem acumulando perdas inestimáveis. Porém, por mais duras que sejam tais medidas, entendo como necessárias, pois devido à escassez de vacinas para imunizar a população, ainda é o distanciamento social uma das formas de barrar a transmissão do vírus e o agravamento da crise sanitária.

Apesar disto, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra – CERIS manteve-se fiel aos seus Valores, Visão e Missão. Adotou todas as medidas de segurança voltadas a saúde de seus colaboradores e sociedade em geral; não efetuou cortes de investimentos, nem de salários, dando assim segurança aos seus colaboradores e continuidade na prestação de serviços de qualidade aos seus cooperados e consumidores.

E como Contador desta Cooperativa, informo a Sociedade em geral os resultados desta empresa no exercício de 2020 e as expectativas para os exercícios seguintes.

Ressalto mais uma vez que, apesar da conturbada situação da economia do País, a saúde financeira da CERIS mostra-se satisfatória. Que todas as obrigações Contábeis, Fiscais, Trabalhistas e Regulatórias se mantem em dia, sendo comprovada pela manutenção das suas Certidões de Débitos Negativas juntos aos Órgãos Reguladores e de Fiscalização.

Por fim, apresento as Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal do Exercício de 2020, as quais trazem toda a movimentação Patrimonial, Econômica e Financeira desta Cooperativa Permissionária, de forma a subsidiar os usuários destas informações em suas tomadas de decisão.

Agradeço mais uma vez a DEUS.

São Lourenço da Serra - SP

Regivaldo das Virgens Silva

Contador

CRC: 1SP198857/O-2

Carta do Engenheiro

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus, com período de grande incerteza de como agir para proteger os colaboradores e parceiros, diante de um vírus desconhecido e também assegurar o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, bem como, ao atendimento aos pedidos de ligações de energia elétrica em ano de eleição municipal, com recorde de solicitações dos últimos anos.

A CERIS é uma Permissionária com 15 pontos de conexões com a Supridora ENEL (ELETROPAULO), sendo atendido através de 07 alimentadores de distribuição de 15,0 kV, o que contribui de forma acentuada nos indicadores de qualidade aos consumidores da CERIS de forma positiva ou negativa. Como não temos gestão direta na manutenção nos alimentadores da Supridora, estamos atuando fortemente na melhoria e manutenção das nossas redes, reafirmando o nosso compromisso com a qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica e com os pedidos de ligações da mesma.

E com grande satisfação que parabenizo a família CERIS, pelo empenho e dedicação em atender o Plano de Desenvolvimento da Distribuição compromissado no início de 2020, principalmente diante de um ano tão desafiador para todos nós.

Geraldo Yasuo Yoshitake
Gerente de Distribuição

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de quase cinco décadas de existência.

A CERIS distribui energia elétrica na área definida pela poligonal, nos municípios de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba e pequena parte de São Paulo, zona urbana e parte da zona rural. Atualmente, possui 6.253 consumidores divididos em 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

- Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2020, 288 novas ligações, sendo 286 Residenciais, 1 Iluminação Pública, 1 Comercial, totalizando 6.253 consumidores atendidos.
- Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A, atual ENEL Energia e participação do Programa Governamental PROINFA.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica para os municípios de Embu Guaçu, Itapecerica Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo. Não atendemos nenhum consumidor livre dentro de nossa área de Permissão.

Número de Consumidores

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	5.285	5.519	5.679	5.827	6.072
Comercial	79	83	82	85	87
Industrial	1	1	-	-	-
Rural	32	33	39	42	41
Poderes Públicos	22	21	19	18	17
Iluminação Pública	32	32	33	34	35
Serviço Público	-	1	1	1	1
Total	5.451	5.690	5.853	6.007	6.253
Variação	2,60%	4,38%	2,86%	2,63%	4,10%

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra, no ano 2020, foi de 16,79 GWh, tendo apresentado um aumento de 4,50% em relação a 2019.

As classes que tiveram maiores variações positivas em 2020 foram: Residencial com 13,08% e a Comercial com 2,27%

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

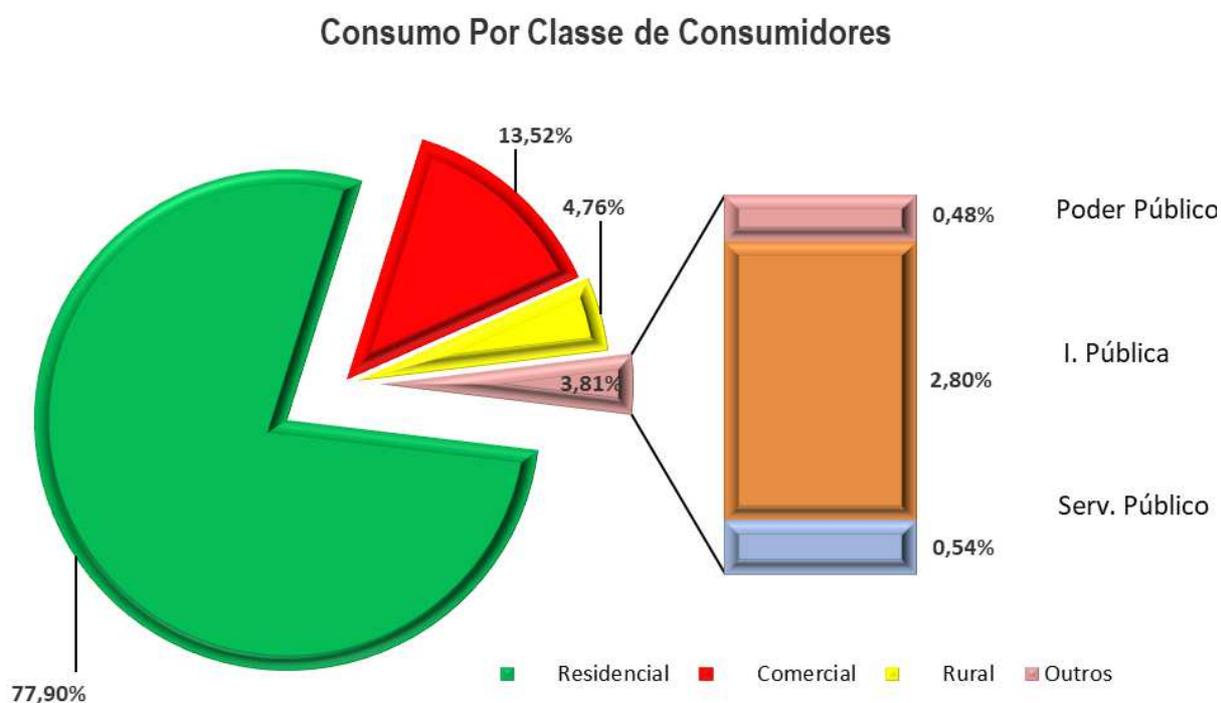
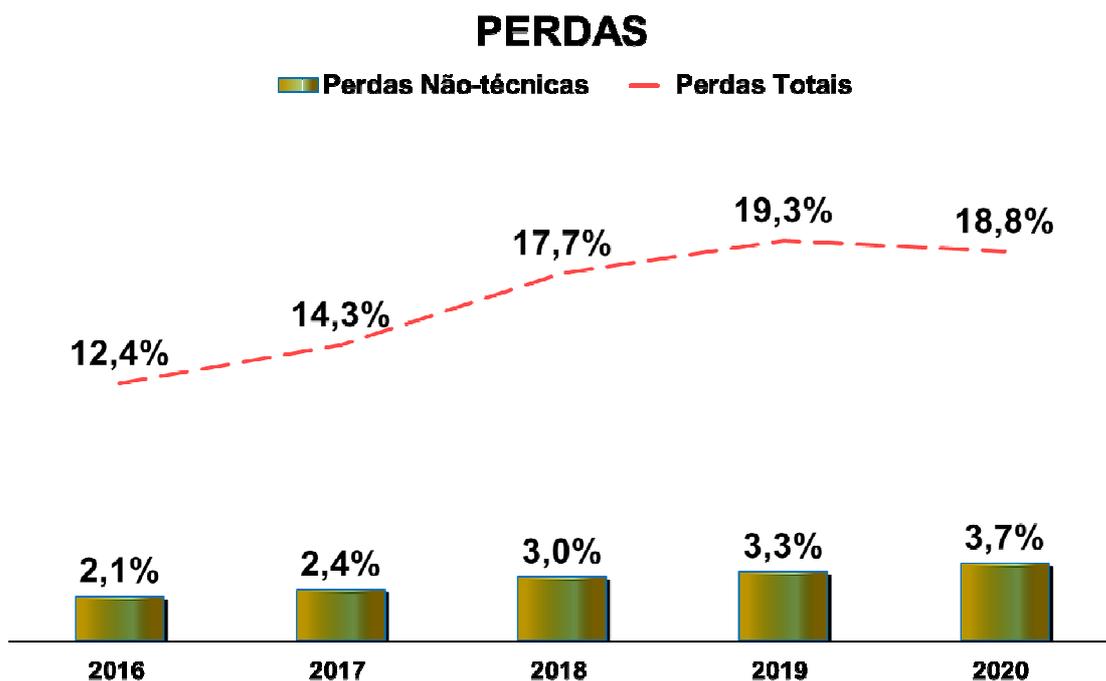
Mercado Atendido

Balço Energético

Mercado Atendido - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Energia Faturada	15,59	16,10	15,94	16,07	16,79
Fornecimento	15,59	16,10	15,94	16,07	16,79
Residencial	12,21	12,36	12,26	12,24	13,08
Comercial	1,87	2,43	2,37	2,38	2,27
Industrial	0,26	0,05	-	-	-
Rural	0,69	0,68	0,71	0,76	0,80
Poderes Públicos	0,16	0,16	0,16	0,15	0,08
Iluminação Pública	0,40	0,42	0,42	0,46	0,47
Serviço Público	-	-	0,02	0,08	0,09
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	15,59	16,10	15,94	16,07	16,79
Variação	-2,07%	3,27%	-1,01%	0,82%	4,50%

Energia Requerida - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de Energia	15,59	16,10	15,94	16,07	16,79
- Fornecimento	15,59	16,10	15,94	16,07	16,79
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	15,59	16,10	15,94	16,07	16,79
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	2,21	2,68	3,43	3,84	3,88
Perdas Técnicas	1,83	2,22	2,84	3,18	3,11
Perdas não Técnicas - PNT	0,38	0,46	0,59	0,66	0,77
PNT / Energia Requerida %	2,1%	2,4%	3,0%	3,3%	3,7%
Perdas Totais - PT	2,21	2,68	3,43	3,84	3,88
PT / Energia Requerida %	12,4%	14,3%	17,7%	19,3%	18,8%
Total	17,80	18,78	19,37	19,91	20,670

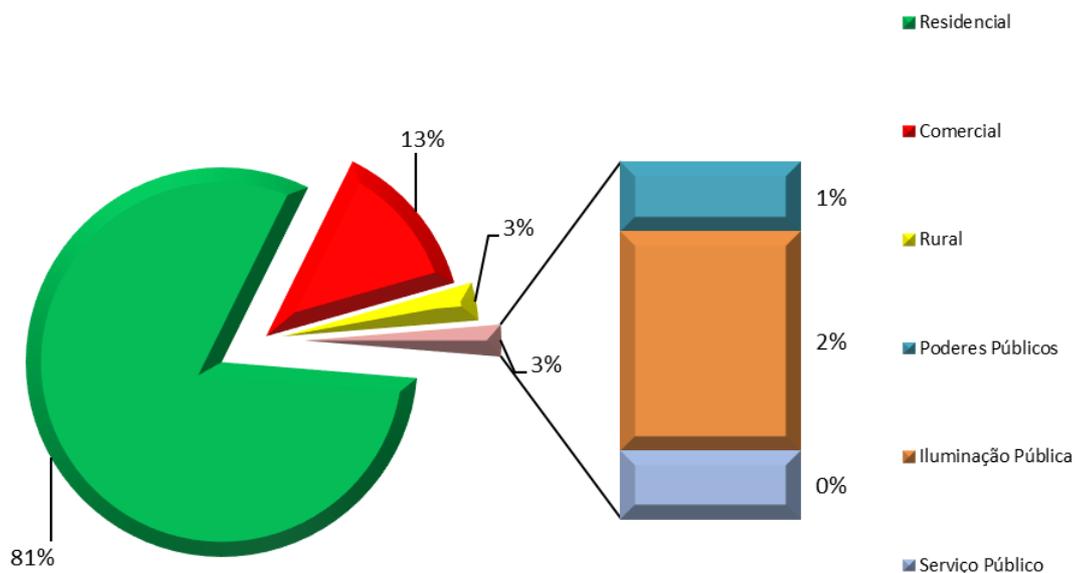
Gráfico de Perdas



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 11.557,00 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ Mil		
	2020	2019	%
Residencial	9.359,43	8.013,20	16,80%
Comercial	1.535,54	1.462,98	4,96%
Rural	361,46	293,37	23,21%
Outros	300,56	307,43	1,11%
Poderes Públicos	58,80	96,48	-39,06%
Iluminação Pública	184,10	166,44	10,61%
Serviço Público	57,67	44,51	29,56%
Total	11.557,00	10.076,97	14,69%

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2020, apresentou um crescimento de 4,10% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de Consumidores		
	2020	2019	Var %
Residencial	6.072	5.827	4,20%
Comercial	87	85	2,35%
Industrial	0	0	0,00%
Rural	41	42	-2,38%
Outros	53	53	-2,61%
Poderes Públicos	17	18	-5,56%
Iluminação Pública	35	34	2,94%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	6.253	6.007	4,10%

Tarifas - As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2020, após a realização do IRT ocorrida em 07/2020, são as relacionadas no quadro abaixo.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	573,74
Comercial	554,55
Industrial	0,00
Rural	453,58
Outros	378,72

Tarifa Baixa Renda por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Faixa de consumo	0 a 30	31 a 100	101 a 220	Acima 220
Tarifas Brutas	0,18905	0,32408	0,48613	0,54014

Segue abaixo valores de DMR – Diferença Mensal de Receita apuradas em 2020 referentes a aplicação de Tarifa Social Baixa Renda e a correspondente Fonte de Custeio.

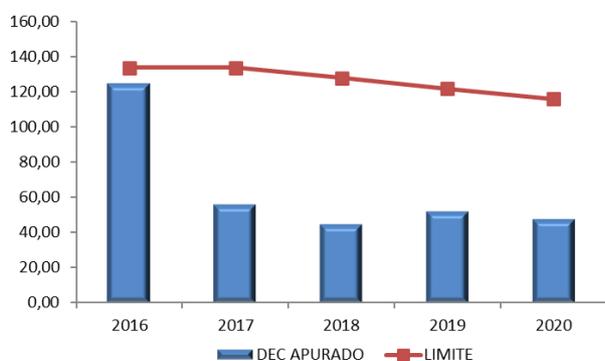
Evolução Mensal por Distribuidora							
Ceris - 2020							
Referência	Número de Unidades Consumidoras			DMR - Diferença Mensal de Receita solicitada (R\$)	Fontes de Custeio da TSEE		
	Residencial Total	Baixa Renda	% Baixa Renda / Residencial		CDE (R\$)	TARIFA (R\$)	
jan/20	5.848	104	1,78	2.616,28	2.616,28	0	
fev/20	5.867	107	1,82	2.635,00	2.635,00	0	
mar/20	5.852	100	1,71	2.516,98	2.516,98	0	
abr/20	5.886	98	1,66	7.950,35	7.950,35	0	
mai/20	5.890	98	1,66	8.170,85	8.170,85	0	
jun/20	5.913	98	1,66	7.859,78	7.859,78	0	
jul/20	5.937	101	1,7	2.575,36	2.575,36	0	
ago/20	5.953	103	1,73	2.854,66	2.854,66	0	
set/20	5.967	106	1,78	3.060,72	3.060,72	0	
out/20	5.981	107	1,79	3.089,68	3.089,68	0	
nov/20	6.029	107	1,77	3.083,20	3.083,20	0	
dez/20	6.072	111	1,83	3.171,55	3.171,55	0	

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

LIMITES ANEEL	DEC	FEC
2016	134	39
2017	134	39
2018	128	37
2019	122	35
2020	116	33

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2016	125,04	36,97
2017	56,34	21,79
2018	44,75	15,38
2019	52,09	18,02
2020	47,91	20,67

DEC (Horas)



FEC (Interrupções)



Atendimento ao consumidor - A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios dos Municípios atendidos pela CERIS se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2020, o lucro líquido societário foi de R\$ 966,56, contra R\$ 675,36 em 2019, uma variação positiva de 43,12%.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo devesse seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

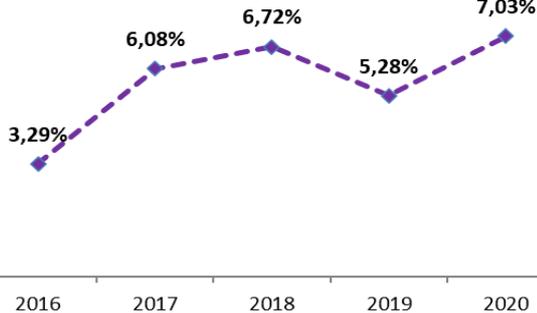
RESULTADO SOCIETÁRIO:	R\$/mil 966,56
RESULTADO REGULATÓRIO:	R\$/mil 409,20
RESULTADO FISCAL:	R\$/mil 296,71

A receita operacional líquida societária atingiu R\$/Mil 10.534,19, enquanto em 2019 situou-se em R\$/Mil 9.542,38.

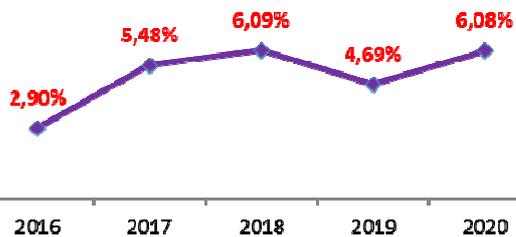
As despesas operacionais totalizaram em 2020 R\$/Mil 5.785,48, 3,30% superiores em relação a 2019.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 7,03%. Segue alguns gráficos de indicadores Econômicos que demonstram a evolução da Cooperativa no período dos últimos 5 anos:

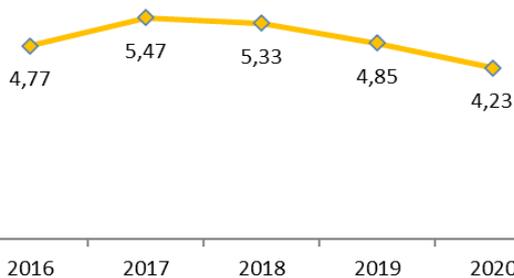
RPL - RETORNO SOBRE O PL



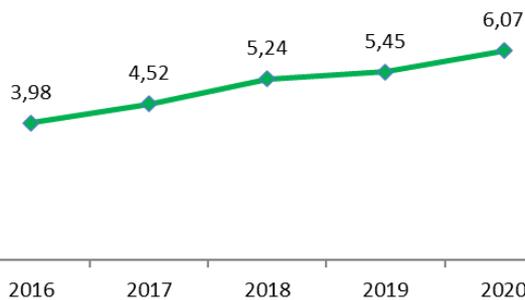
RI - RETORNO SOBRE INVESTIMENTOS (ATIVO)



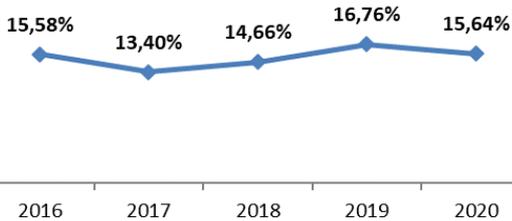
LG - LIQUIDEZ GERAL



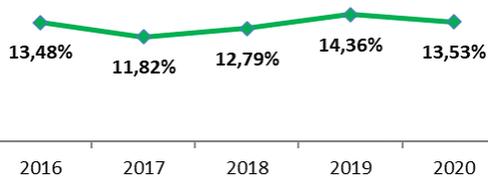
LC - LIQUIDEZ CORRENTE



PCT - PARTICIPAÇÃO CAPITAL TERCEIROS



EFSAT - ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO TOTAL



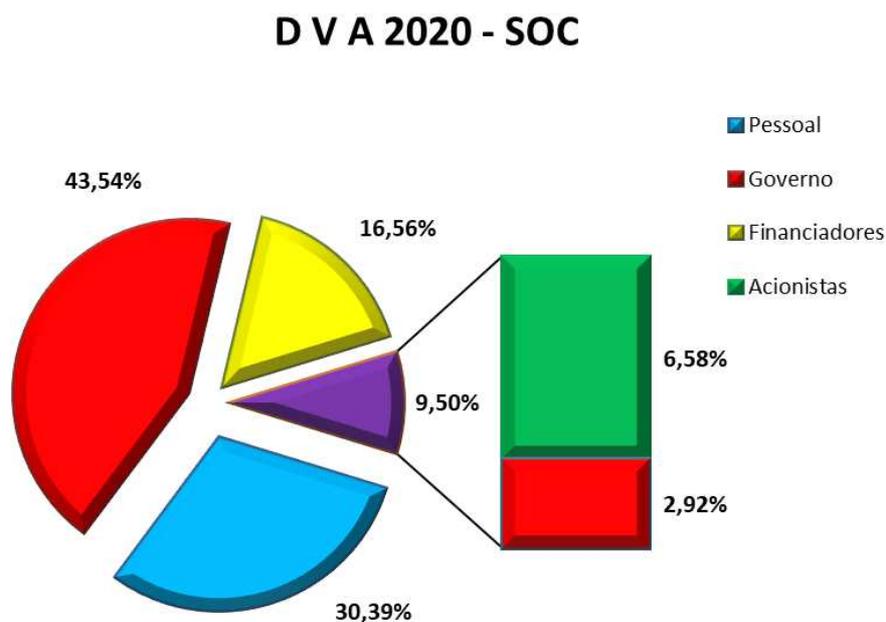
EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$/Mil 1.710,19, superior em 25,38% a 2019, que foi de R\$/Mil 1.364,04, conforme evolução abaixo:



Investimentos:

Em 2020, os investimentos da Companhia, importaram em R\$/mil 952,62, deste montante, R\$/Mil 576,34 foi aplicado diretamente no PDD projetado em 2019 para o ano de 2020. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 3.800,00 R\$/mil.

Valor adicionado: Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela COOPERATIVA foi de R\$ 10.175,31/mil, representando 65,12% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Obs. Do percentual relacionado aos valores destinados aos Acionistas, 9,50%, 6,58% referem-se aos valores de sobras totais apuradas, sobre as quais foram feitas as destinações estatutárias de 20% (10% Reserva Legal, 5% RATES e 5% Reserva Investimento); 2,92 % referem-se aos Lucros sobre Atos não Cooperados, que foram transferidos para a Conta de Reserva RATES conforme determinação da Lei.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os Cooperados se reúnem e deliberam sobre a destinação das sobras acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de março de cada ano.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da CERIS era de R\$ 4.028,29 mil, composto por 402.829.322 mil cotas, com valor nominal de R\$ 0,01.

Números de Quotas em milhares		
Acionistas		%
Cooperados	402.829.322	100
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
Total	402.829.322	100

Atendimento aos Cooperados/Consumidores: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Cooperados/Consumidores de forma cordial e isonômica. O atendimento é realizado na sua sede.

Seguem alguns números apurados no ano de 2020 da qualidade de atendimento da CERIS:

Serviços Comerciais

Reclamações Comerciais por Distribuidora - Resumo						
Permissionárias - Ceris						
Ano	Quantidade Reclamações Recebidas	Reclamações Encerradas				
		Quantidade	Procedentes	% Procedentes / Encerradas	Improcedentes	% Improcedentes / Encerradas
2016	24	24	6	25	18	75
2017	10	10	0	0	10	100
2018	12	11	1	9,09	10	90,91
2019	30	31	1	3,23	30	96,77
2020	26	26	1	3,85	25	96,15

Tempos médios de atendimento					
CERIS - Mensal / 2020					
MÊS	NIE	NUMOCORR	TMD	TME	TMP
Janeiro	172	209	32,70	72,95	84,59
Fevereiro	198	233	35,01	48,66	139,74
Março	109	122	33,11	42,75	62,56
Abril	73	85	35,88	34,75	53,46
Mai	110	122	31,74	44,28	47,19
Junho	119	136	29,32	51,47	60,03
Julho	115	137	34,16	43,01	85,72
Agosto	108	128	34,26	43,99	65,89
Setembro	88	105	32,09	49,56	56,83
Outubro	143	161	30,14	51,29	77,37
Novembro	122	136	36,43	44,70	63,29
Dezembro	207	225	36,66	53,44	113,64
CERIS - ANUAL / 2020					
ANO	NIE	NUMOCORR	TMD	TME	TMP
2020	1564	1799	33,59	50,16	82,89

Indicadores de conformidade do nível de tensão em regime permanente				
CERIS				
ANO	DRCE	DRPE	Quantidade de compensações pagas	Valor de compensações (R\$)
2020	0,03	0,43	0	0,00
2019	0,02	0,51	0	0,00
2018	0,02	0,42	0	0,00
2017	0,01	0,44	0	0,00
2016	5,22	4,45	30	3.869,59

Histórico DER/FER por Distribuidora		
Ceris		
Ano	DER	FER
2016	129,23	1,1
2017	0	0
2018	100,8	0,17
2019	192,67	0,17
2020	162,23	0,16

Índices de Compensação de Continuidade					
CERIS - 2020					
Compensações	DIC, FIC e DMIC			DICRI	Total
	Mensais	Trimestrais	Anuais	Mensais	
Quantidade das compensações	718	114	674	53	1.559
Valor das compensações (R\$)	14.116,25	2.921,02	15.394,86	312,56	32.744,69

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da CERIS vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Gerencia da Empresa têm se reunido com os Consultores e Diretoria, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os passivos setoriais criados em função dos atrasos nos pagamentos dos subsídios obrigatórios. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o resultado positivo deste exercício, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos anualmente, serviu de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazo.

Gestão pela qualidade total: Em 2020, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, desta forma, a CERIS teve sua recertificação em 11/2020, comprovando assim as suas boas práticas.

Recursos humanos: Em 2020 a CERIS investiu R\$/mil 5,49 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Concedeu ainda treinamentos internos de atualização e reciclagem para atendimento de normas regulamentares e uso de ferramentas administrativas. Na visão de nossa Permissionária, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, concede auxílio de 50% do valor da formação universitária de seus colaboradores e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Adicionalmente, a CERIS concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2020 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$/Mil 281,45; b) Auxílio médico R\$/mil 263,95; c) e Seguro de Vida R\$/mil 38,79.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERIS vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Outorgada em números	2020	2019	%
Atendimento			
Número de consumidores	6.253	6.007	4,10%
Número de empregados	46	45	2,22%
Número de consumidores por empregado	136	133	1,83%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	5	5	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km ²)	235,64	235,64	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	4.716	5.720	-17,55%
Distribuição direta (GWh)	16,79	16,06	4,55%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.110,00	2.059,00	2,48%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	557,89	509,24	9,55%
Total (exceto curto prazo)	0		0,00%
Residencial	573,74	525,88	9,10%
Comercial	554,55	504,49	9,92%
Industrial	0,00	0,00	0,00%
Rural	453,58	385,62	17,62%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	47,91	52,09	-8,02%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,46	1,41	3,55%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,79	4,61	3,90%
FEC (número de interrupções)	20,67	18,02	14,71%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	7,19	7,66	-6,14%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	485,55	482,20	0,69%
Capacidade instalada (MW)	24,25	24,03	0,92%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	13.967,81	12.540,51	11,38%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.534,19	9.542,38	10,39%
Margem operacional do serviço líquida (%)	32,59%	31,42%	3,74%
EBITDA OU LAJIDA	1.710,19	1.364,04	25,38%
Lucro líquido (R\$ mil)	966,56	675,36	43,12%
Lucro líquido por mil cotas	0,97	0,68	43,12%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	13.748,85	12.781,70	7,57%
Valor patrimonial por cota R\$	0,000034	0,000032	7,55%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	7,03	5,28	33,05%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	86,47	85,64	0,97%
Em moeda nacional (%)	100,00	100,00	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	3,03	2,66	13,91%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,37	0,36	2,27%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,00269	0,00267	0,43%
Retorno de ativos por unidade	-	-	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a DEUS, à Diretoria, aos Cooperados, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERIS, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2020 da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra.

São Lourenço da Serra, abril/2021.

A Administração

Balço Patrimonial Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Balço Patrimonial em 31 de dezembro de (Valores expressos em milhares de reais)	2020	2019
	Consolidado	
Ativos		
Ativo Circulante	7.731,17	7.109,39
Caixa e equivalentes de caixa	4.986,68	4.479,42
Consumidores	1.773,11	1.572,91
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	128,07	124,85
Tributos compensáveis	189,49	257,78
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	190,56	136,10
Investimentos temporários	-	30,00
Empréstimos	2,00	-
Ativos regulatórios	135,02	213,04
Despesas pagas antecipadamente	72,39	52,55
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	253,85	242,75
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	8.168,43	7.815,01
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	158,13	125,31
Depósitos judiciais e cauções	29,17	9,51
Investimentos temporários	506,76	772,21
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos regulatórios	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	670,47	2.371,26
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	1.542,62	1.490,23
Intangível	5.261,27	3.046,49
Total do ativo	15.899,60	14.924,40

Passivo		
Passivo Circulante	1.664,93	1.662,04
Fornecedores	197,12	95,45
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2,25	7,77
Obrigações sociais e trabalhistas	327,75	297,89
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	479,98	409,59
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	210,89	195,06
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	202,07	207,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	34,35	38,93
Outros passivos circulantes	210,53	410,27
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	485,82	480,67
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	485,82	480,67
Total do passivo	2.150,75	2.142,71
Patrimônio líquido	13.748,85	12.781,70
Capital social	4.028,29	4.027,71
Reservas de capital	557,36	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	9.184,68	8.413,22
Sobras à disposição da Assembleia	535,88	340,78
Perdas não cobertas pelos cooperados	- 557,36	-
Total do patrimônio líquido	13.748,85	12.781,70
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.899,60	14.924,40

Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador



Demonstração do Resultado do Exercício Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPEÇERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de (Valores expressos em milhares de reais)	2020	2019
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	13.967,81	12.540,51
Fornecimento de energia elétrica	4.378,35	4.113,63
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	7.178,66	5.963,34
Ativos e Passivos Regulatórios	33,73	115,26
Serviços cobráveis	14,94	16,08
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	2.362,14	2.332,19
Tributos	(2.451,93)	(2.102,82)
ICMS	(2.209,83)	(1.902,40)
PIS-PASEP	(41,61)	(34,63)
Cofins	(192,03)	(159,83)
ISS	(8,47)	(5,96)
Encargos - Parcela "A"	(981,69)	(895,31)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(869,97)	(684,91)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(30,75)	(27,33)
Outros encargos	(80,97)	(183,07)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.534,19	9.542,38
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(4.041,85)	(3.577,05)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.866,25)	(3.626,93)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	(136,60)	(136,13)
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	(73,14)	153,77
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	34,14	32,24
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.492,35	5.965,33

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.785,48)	(5.600,69)
Pessoal e administradores	(3.964,10)	(3.719,39)
Material	(428,54)	(404,89)
Serviços de terceiros	(864,96)	(815,70)
Arrendamento e aluguéis	(203,56)	(183,64)
Seguros	(34,83)	(33,19)
Doações, contribuições e subvenções	(24,11)	(26,07)
Provisões	(16,39)	(12,48)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	19,12	14,34
Tributos	(36,91)	(36,47)
Depreciação e amortização	(499,94)	(511,96)
Despesas de Construção	(1.285,04)	(589,29)
Gastos diversos	(120,10)	(29,24)
Outras Receitas Operacionais	1.797,18	868,35
Outras Despesas Operacionais	(123,30)	(121,05)
Resultado da Atividade	706,87	364,65
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	385,29	407,13
Despesas financeiras	(7,43)	(16,89)
Receitas financeiras	392,73	424,02
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.092,16	771,77
Despesa com impostos sobre os lucros	(125,60)	(96,41)
Resultado líquido das operações em continuidade	966,56	675,36

Laurindo Pereira Pinto
Presidente

Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS CNPJ - 57.384.943/0001-82 São Lourenço da Serra - SP DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS E RESULTADOS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de reais) 2020			
	ATO COOPERATIVO INGRESSOS / DISPÊNDIOS	ATO NÃO COOPERATIVO RECEITAS / DESPESAS	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL	7.915,90	6.051,91	13.967,81
Fornecimento de energia elétrica	1.885,59	2.493,22	4.378,81
Disponibilização do sistema de distribuição	4.503,79	2.640,56	7.144,35
Ativos e passivos financeiros setoriais	21,06	12,67	33,73
Receita de construção da infraestrutura	-	-	-
Serviços cobráveis	9,65	5,28	14,94
Doações, subvenções do serviço público	1.495,81	900,17	2.395,98
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.355,81)	(2.077,80)	(3.433,62)
ICMS	(1.249,99)	(959,84)	(2.209,83)
PIS	(25,97)	(15,63)	(41,61)
COFINS	(119,88)	(72,14)	(192,03)
ISSQN	(5,28)	(3,18)	(8,47)
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	(543,13)	(326,85)	(869,97)
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT e MME)	-	-	-
Bandeiras tarifárias	(50,55)	(30,42)	(80,97)
Taxa de fiscalização	(19,20)	(11,55)	(30,75)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	6.560,09	3.974,11	10.534,19
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(2.523,32)	(1.518,52)	(4.041,85)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.498,97)	(1.503,87)	(4.002,84)
(-/+ Subsídio, e Outros Ajustes	(24,35)	(14,65)	(39,00)
CUSTO DE OPERAÇÃO	(3.611,87)	(2.173,60)	(5.785,48)
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(2.474,79)	(1.489,31)	(3.964,10)
Material	(267,54)	(161,00)	(428,54)
Serviços de terceiros	(540,00)	(324,97)	(864,96)
Depreciação e amortização	(312,11)	(187,83)	(499,94)
Provisões	(10,23)	(6,16)	(16,39)
Seguros, tributos e aluguéis	(171,87)	(103,43)	(275,30)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	-
(-) Recuperação de despesas	11,94	7,18	19,12
Gastos ou perdas diversos	(892,28)	(536,97)	(1.429,25)
Outras receitas e despesas operacionais	1.045,00	628,88	1.673,88
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	424,89	281,98	706,87
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	244,97	140,33	385,30
Receitas Financeiras	249,24	143,49	392,73
Despesas Financeiras	(4,27)	(3,16)	(7,43)
SOBRAS (PERDAS) ANTES DA CONTR. SOCIAL E I	669,86	422,31	1.092,17
IMPOSTOS S/ RESULTADO COM TERCEIROS	-	(125,60)	(125,60)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	669,85	296,71	966,56

Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador



Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPEKERICA DA SERRA
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.026,36	-	-	0,00	-	7.614,24	464,40	-	12.105,00
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,35	-	-	-	-	-	-	-	1,35
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	675,36	-	675,36
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	507,00	(507,00)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	21,30	(21,30)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	-	270,68	(270,68)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.027,71	-	-	0,00	-	8.413,22	340,78	-	12.781,71
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,59	-	-	-	-	-	-	-	0,59
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	966,56	-	966,56
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	407,77	(407,77)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	33,49	(33,49)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	557,36	-	-	-	-	(557,36)	-	-
RATES	-	-	-	-	-	330,20	(330,20)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.028,30	557,36	-	0,00	-	9.184,68	(21,48)	-	13.748,86



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração do Fluxo de Caixa Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

CNPJ Nº 57.384.943/0001-82

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2020	2019
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	12.411,70	10.703,40
Outros recebimentos	2.772,03	2.720,89
Pagamentos a fornecedores	(2.428,02)	(2.317,22)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(4.130,15)	(3.844,63)
Pagamentos a empregados	(2.567,82)	(2.290,63)
Tributos Federais	(1.140,64)	(1.124,56)
Tributos Estaduais e Municipais	(2.109,17)	(1.860,52)
Encargos Setoriais	(899,65)	(784,15)
Outros Pagamentos	(809,36)	(521,79)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	1.098,92	680,79
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	-	-
Aquisição de imobilizado	(952,62)	(826,55)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	(500,00)	30,00
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	500,00	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(952,62)	(796,55)
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	-	-
Dividendos pagos	-	-
Receitas de Aplicações Financeiras	360,95	211,15
Despesas Bancárias	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	360,95	211,15
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	507,25	95,39
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.479,42	4.384,02
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.986,68	4.479,42



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Contexto Operacional

A CERIS é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição e comercialização de energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável, inclusive a Lei Cooperativista nº 5.764/71.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da cooperativa em 24 de março de 2021.

2 Das Concessões

DA PERMISSÃO

Inicialmente a CERIS conforme contrato de Permissão nº 005/2008 assinado em 12/06/2008 obteve a permissão para a distribuição e comercialização de energia elétrica nos municípios de Embu Guaçú, Itapecerica da Serra, Jujutiba, São Lourenço da Serra e parte da área rural do município de São Paulo, válida até o ano de 2028. A Permissionária juntamente com suas coirmãs e as Entidades representativas negociaram junto ao Poder Concedente, a prorrogação do seu contrato por mais 10 anos conforme previsão legal que reza que as Concessões/Permissões iniciais devem ter prazo de 30 anos prorrogáveis por mesmo período. Em Abril/2020 foi então assinado junto ao Poder Concedente o 3º Termo Aditivo que entre outras alterações, prorrogou o Contrato até 12/06/2038.

Atualmente, possui 6.253 consumidores, sendo, aproximadamente, 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais e não atende a nenhum “Consumidor Livre”.

- Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2020, 288 novas ligações, sendo 286 Residenciais, 1 Iluminação Pública, 1 Comercial, totalizando 6.253 consumidores atendidos.

Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da ENEL ENERGIA e Participação do Programa Governamental PROINFA.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários e Lei cooperativista nº 5.764/71, observando as diretrizes contábeis emanadas pela legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo Internacional Accounting Standard Board – IASB.

Em 2011 entrou em vigor a contabilidade regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010 e orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos nº 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 246/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o exercício de 2019, a SFF/ANEEL não publicou Despacho de Encerramento, mas sim, se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sitio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A partir daquele período, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada à apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da permissão.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015

Todos os quadros que compõem o balanço regulatório devem ser auditados pela mesma empresa de auditoria independente das demonstrações contábeis societárias.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos e passivos financeiros setoriais, obrigações sociais e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de Permissão e concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT (Nota 4-F). Desta forma a Permissionária registrou a partir da data de assinatura (12/2015) do Termo Aditivo ao contrato de permissão nº 005/2008, em seu balanço societário, os valores de Ativos e Passivos regulatórios.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

4 Principais Práticas Contábeis

Instrumentos Financeiros não Derivativos

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

Caixa e Equivalentes de Caixa: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

Recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores a receber, serviços em curso e outros ativos circulantes.

Exigíveis: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços, empréstimos e financiamentos e outros passivos circulantes.

Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

Consumidores, Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2020, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Estoque (Inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Intangível em Curso (por ser vinculado à Permissão) pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

Investimentos

A CERIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Permissão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Permissão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Permissão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Permissão).

Imposto de renda diferido

A CERIS não diferiu nenhum Imposto no exercício 2020 ou anterior.

Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Estrutura das demonstrações contábeis.

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face da harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 127/2009 – SFF/ANEEL e Despachos ANEEL nºs 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013,

4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, no exercício 2012, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Permissão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Assim como no Despacho SFF/ANEEL nº 245/2016, o Despacho SFF 3.371/2016, e Despacho SFF 4.356/2017, até que seja reavaliada a norma que trata da publicação, para o exercício de 2019 e considerando a existência da Central de Informações Econômicas – Financeiras do Setor Elétrico - CIEFSE, a SFF resolveu dispensar as Permissionárias de publicar suas demonstrações financeiras Societárias e Regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Vale destacar, também, a apuração em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A CERIS possui o montante de R\$/Mil 5.467,38 em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Curto Prazo		Legislação societária	
	Tipo de aplicação	Vencimento	2020	2019
ITAU - APLICAÇÕES UPJ	Renda Fixa	Indeterminado	-	1.093,31
SANTANDER - CDB DI	CDB/RDB	Indeterminado	696,76	738,03
APLICAÇÕES BB	DI	Indeterminado	45,94	94,85
SANTANDER APLICAÇÕES	Automática	Indeterminado	71,32	38,74
ITAU APLIC. AUT.	CDB	Indeterminado	957,33	692,97
CDB/BB REAPLIC SL	DI	Indeterminado	66,23	64,84
APLICAÇÕES BRADESCO	Automática	Indeterminado	7,87	5,98
CEF - APLICAÇÕES	Automática	Indeterminado	44,44	2,64
BB CURTO PRAZO 200 - CONTA 3-5	Renda Fixa	Indeterminado	234,51	119,88
BB CURTO PRAZO 200 - CONTA 577-0	Automática	Indeterminado	41,87	9,57
BRADESCO RENDA FIXA	Renda Fixa	Indeterminado	-	-
BB RF DI CORP 400	Renda Fixa	Indeterminado	538,08	528,67
ITAU MIX CREDITO PRIVADO	Renda Fixa	Indeterminado	-	524,98
BRADESCO CDB	CDB	Indeterminado	606,69	508,56
APLICAÇÕES CDB ITAÚ	CDB	Indeterminado	1.649,58	-
Total			4.960,62	4.423,02
Temporários				
Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	2020	2019
BB OUROCAP	Titulo Capitalização	Indeterminado	-	30,00
Total			-	30,00
Longo Prazo				
Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Legislação societária	
			2020	2019
CEF	CDB - Flex	Indeterminado	506,76	772,21
Total			506,76	772,21

6 Consumidores e Permissionárias.

Os valores referentes a Consumidores e Permissionárias dos períodos de 2020 e 2019, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2020	2019
Consumidores		
Faturados	1.421,78	1.222,04
Não faturados	351,33	350,86
Sub Total	1.773,11	1.572,91
Concessionárias	-	-
Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito do CCEE	-	-
Sub Total	-	-
Total	1.773,11	1.572,91

Composição das Contas a Receber

Consumidores Concessionárias Permissionárias	A Receber		Provisão para Créditos de Liquidação		Saldos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Residencial	976,32	816,55	(78,02)	(64,37)	898,30	752,19
Industrial	-	-	-	-	-	-
Comércio, Serviços e outras atividades	189,40	141,16	(0,02)	(0,10)	189,38	141,06
Rural	37,10	28,15	-	-	37,10	28,15
Poder Público	14,11	22,16	(4,32)	(1,67)	9,79	20,49
Iluminação Pública	46,89	36,08	-	(1,82)	46,89	34,25
Serviço Público	-	-	-	-	-	-
Taxas, multas, serviços e outros	127,90	208,47	(3,25)	(3,39)	124,65	205,08
Parcelamentos	122,94	45,97	(7,27)	(5,15)	115,67	40,82
Renda não faturada	351,33	350,86	-	-	351,33	350,86
Total	1.865,99	1.649,41	(92,89)	(76,50)	1.773,11	1.572,91

Inadimplência

Inadimplência e Suspensão de Fornecimento - Evolução por Classe por Distribuidora								
PERCENTUAL DA RECEITA FATURADA NO ENÉSIMO MÊS ANTERIOR AINDA NÃO RECEBIDA NO MÊS DE REFERÊNCIA								
MÊS	Ceris - 2020 - RESIDENCIAL TOTAL							QUANTIDADE DE SUSPENSÃO POR INADIMPLEMTO
	24 (%)	21 (%)	18 (%)	12 (%)	6 (%)	3 (%)	1 (%)	
Janeiro	0,1	0,51	0,07	0,24	0,39	0,97	20,58	71
Abril	0,51	0,05	0,32	0,19	0,54	2,27	24,98	0
Mai	0,2	0,1	0,15	0,1	0,62	3,57	25,23	1
Junho	0,06	0,22	0,16	0,16	0,72	3,43	24,19	0
Julho	0,05	0,32	0,19	0,34	0,98	2,98	25,13	0
Agosto	0,06	0,09	0,9	0,53	1,03	1,79	23,39	2
Setembro	0,08	0,08	0,14	0,28	0,51	1,45	24,48	143
Outubro	0,2	0,15	0,14	0,24	0,3	1,02	23,26	94
Novembro	0,08	0,88	0,05	0,35	0,34	1,27	22,61	67
Dezembro	0,08	0,14	0,08	0,23	0,43	1,7	21,22	62

Obs. O quadro acima retrata a inadimplência da classe Residencial, que representa mais de 95% dos consumidores da CERIS. No Período de Abril a Agosto/2020, atendendo a determinação da ANEEL, os cortes por inadimplência ficaram suspensos devido a Pandemia.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidas há mais de 360 dias.

07 - Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2020	2019
Em Serviço Societário	1.542,62	1.490,23
Ativo Financ. da Concessão	670,47	2.371,26
Ativo Intangível da Concessão	5.261,27	3.046,49
Ativo Intangível em Curso	0,00	0,00
Reavaliação Regulatória Compulsória	6.733,32	7.383,51
Sob Total	14.207,68	14.291,50
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-485,82	-480,67
Sub Total	-485,82	-480,67
Total	13.721,86	13.810,83
Ativo Imobilizado Societário	1.542,62	1.490,23
Ativo Imob. Regulatório	14.175,69	14.279,36

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05 onde:

“De acordo com os contratos de Permissão, consideram-se bens vinculados àqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

- Ativo intangível

Foram reclassificados para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da Permissão dos serviços público conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou amortização acumulada	Valor líquido	
			2020	2019
Intangíveis				
Em Serviço	4.661,79	(116,40)	4.545,39	2.723,98
Em curso	715,88		715,88	322,51
TOTAL	5.377,67	(116,40)	5.261,27	3.046,49

• Ativo Financeiro

Reclassificado para o Ativo Financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da Permissão do Serviço Público.

08 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Em 31 de Dezembro de 2020, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$/1000	2020
CVA Ativa	-
Aquisição de Energia - (CVA Eng)	-
Custo de Energia Itaipu	-
Proinfa	-
Transporte Rede Básica	-
ESS	-
CDE	-
CFURH	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	135,02
Majoração PIS/Cofins	127,93
Programas Sociais Governamentais	-
Quota Parte Energia Nuclear	-
Neutralidade da Parcela A	7,10
Sobrecontratação de Energia	-
Diferimento de Reposição na RTP	-
Outros	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	135,02

Passivos Financeiros Setoriais - R\$/1000	2020
CVA Ativa	-
Aquisição de Energia - (CVA Eng)	-
Custo de Energia Itaipu	-
Proinfa	-
Transporte Rede Básica	-
ESS	-
CDE	-
CFURH	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	- 202,07
Majoração PIS/Cofins	-
Programas Sociais Governamentais	-
Quota Parte Energia Nuclear	-
Neutralidade da Parcela A	- 41,05
Sobrecontratação de Energia	-
Diferimento de Reposição na RTP	-
Outros	- 161,02
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	- 202,07

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2020	2019
AES Eletropaulo	-	-
PROINFA	12,14	10,06
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	12,14	10,06
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	184,98	85,39
Sub Total - Materiais e Serviços	184,98	85,39
Total	197,12	95,45

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária					
	Circulante Longo prazo			Total		
	Principal	Encargos	Principal	2020	2019	
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ELETOBRAS LPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BANCOS	2,25	0,00	0,00	2,25	7,77	7,77
TOTAL	2,25	0,00	0,00	2,25	7,77	7,77

Empréstimo de capital de giro na modalidade “conta garantida”

Vencimentos das Parcelas a Longo Prazo:

A CERIS não possui Empréstimos e Financiamentos no Longo Prazo no exercício de 2020.

Mutações de empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária			
	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6,90	0,00	0,00	0,00
Ingresso	372,37	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização	-371,50	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7,77	0,00	0,00	0,00
Ingresso	56,87	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização	-62,39	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2,25	0,00	0,00	0,00

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2020 e 2019.

	2020	2019
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos		
Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	30,75	27,33
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	869,97	684,91
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias	81,01	183,07
Ressarcimento de Perdas do Sistema Isolado	0,00	0,00
Total	981,73	895,31

Obs.: A partir de 4 de maio de 2016, de acordo com o disposto na Lei nº. 13.280, de 3 maio de 2016, ficam isentas dos investimentos em P&D e EE estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000 as Permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh (quinhentos giga watts-hora). Mediante isto e com base no Despacho nº 1.241 de 30/04/2019, que reclassificou a CERIS como agente com mercado inferior a 700GWh/ano, os valores relacionados a estes itens no ano de 2017 foram calculados até o mês 06/2017 quando esta Permissionária passou por processo de IRT.

12 Tributos e Contribuições Sociais – Não Circulante (Longo Prazo)

A CERIS possui em seu Ativo Realizável não Circulante (longo prazo) créditos de ICMS sobre compras para ativo imobilizado em 48 avos, totalizando R\$/mil 259,84 em Tributos e Contribuições Sociais a Longo Prazo a recuperar.

Já no passivos não possuímos saldo devedor no Longo Prazo.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERIS no exercício de 2020 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

- **Contingências Trabalhistas**

No encerramento dos exercícios de 2020 e 2019 não houve contingências trabalhistas a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Cíveis**

No encerramento dos exercício de 2020 não houve contingências cíveis a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Fiscais**

No exercício de 2020 e 2019 não houve contingências fiscais a provisionar e nem manutenção de valores acumulados, conforme relatório do departamento jurídico.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 representa R\$/Mil 4.028,29, sendo composto por 402.829.322 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Cooperados	402.829.322	100
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
TOTAL	402.829.322	100

Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Reservas de Sobras.

A composição das Reservas estão desdobrados de acordo com as tabelas abaixo:

Reserva de Capital	2020	2019
Remuneração do Imobilizado em Curso até 31/12/2001	-	-
Doações e Subvenções para Investimentos	-	-
Conta de Resultado a compensar (CRC)	-	-
Outras	557,36	-
Total	557,36	-
Reservas de Lucros	2020	2019
Reserva Legal	-	-
Lucros a Realizar	-	-
Reserva para Contingências	-	-
Reserva para Desenvolvimento	-	-
Total	-	-

Reservas de Sobras	2020	2019
Reserva Legal	1.559,14	1.151,38
Lucros a Realizar	-	-
RATES	3.370,69	3.040,49
Reservas Estatutárias	4.254,85	4.221,35
Total	9.184,68	8.413,22

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2020 e 2019 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

OBS: A partir do Exercício de 2013 apresentam-se números diferentes entre o Patrimônio Líquido da Contabilidade Societária, o Patrimônio Líquido da Contabilidade Regulatória e o Patrimônio Líquido da Contabilidade Fiscal. Os números acima apresentados retratam a CONTABILIDADE SOCIETÁRIA.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Nos exercícios de 2020 e 2019 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecimento - Faturado	6.253	6.007	16.798	16.064	11.557,00	10.076,97
Residencial	6.072	5.827	13.079	12.239	9.359,43	8.013,20
Industrial	-	-	-	-	-	-
Comercial	87	85	2.271	2.378	1.535,54	1.462,98
Rural	41	42	797	761	361,46	293,37
Poder público	17	18	86	149	58,80	96,48
Iluminação pública	35	34	473	461	184,10	166,44
Serviço público	1	1	92	77	57,67	44,51
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						
Serviços Cobráveis						
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	6.253	6.007	16.798	16.064	11.557	10.077

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2020 e 2019 a CERIS não efetuou operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	2020		2019	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
AES Eletropaulo	20.669,90	3.866,25	19.876,70	3.626,93
PROINFA	506,50	136,60	366,48	136,13
Total	21.176,40	4.002,84	20.243,18	3.763,06

20 Despesas Operacionais

Pessoal e Administradores	2020	2019
Pessoal	3.599,28	3.381,56
Remuneração	2.029,09	1.918,33
Encargos	885,37	810,84
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	263,95	233,64
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	3,30	8,83
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	417,57	409,91
Administradores	364,82	337,83
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	349,95	324,30
Benefícios dos administradores	14,87	13,53
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	3.964,10	3.719,39

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 subitem 2D do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	Legislação societária	
						2020	2019
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2020	2019
Lucro(Prejuízo) REGULATÓRIO antes do Imposto de Renda e Contribuição	534,80	202,16
Adjustes ICPCs	557,36	569,61
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.092,16	771,77
Lucro ajustado	1.092,16	771,77
Ajuste LALUR	(652,16)	(417,62)
Base de Calculo Fiscal	440,00	354,15
Imposto de renda calculado (15%)	66,00	53,12
Adicional Imposto de Renda (10%)	20,00	11,42
Contribuição Social Lucro Líquido (9%)	39,60	31,87
Efeitos Fiscais Sobre:	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL IRPJ	86,00	64,54
TOTAL CSLL	39,60	31,87
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	125,60	96,41

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2020

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Assistência Médica, Cesta básica e Vale Alimentação, entre outros na ordem de R\$ 695,37 (R\$/Mil). Não houve implantação de plano previdenciário privada.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2020 e 2019.

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros nos exercícios contábeis de 2020 e 2019.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, nos exercícios de 2020 e 2019.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Veículos	2020 a 2021	1.560,00	53,09
Seguro de Vida em Grupo	2020 a 2021	5.436,39	39,52
Sede - Administrativa	2020 a 2021	1.370,00	2,41

Equipamentos nomeados – Nas apólices contratadas Auto Frota, foram segurados todos os veículos, sendo todos segurados contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte, Invalidez e danos morais.

Na apólice do Banco Itaú (Prudential) Seguros de Vida em grupo, contratamos as seguintes coberturas: Morte por causas naturais e acidentais, invalidez permanente total ou parcial por acidente, e indenização especial por morte acidental, morte cônjuge e auxílio funeral.

29. Eventos Subsequentes

29.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Os impactos aos consumidores até então amparados pelos subsídios citados, deverão ocorrer nos próximos anos.

29.2. Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERIS, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERIS uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.3. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2020 a CERIS contabilizou 18,8% de Perdas (Técnicas e não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 12,05%. Durante os próximos anos a CERIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia.

29.4) Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL determinou a criação de grupo de trabalho para a revisão periódica das normas contábeis do Setor Elétrico. Estava prevista a apresentação das mudanças em maio de 2020 para início de vigência em janeiro de 2021. Devido a Pandemia de novo Coronavírus, esta agenda regulatória da ANEEL não se concretizou, o que deve ocorrer futuramente.

A CERIS a fim de mensurar os efeitos destas mudanças nos resultados e nas demonstrações Contábeis, manter-se-á constantemente atualizada para tempestivamente implementar a atualização das normas e assim continuar a prestar as informações confiáveis aos seus Srs. Sócios Quotistas e demais stakeholder.

29.5) Exclusão do ICMS na base de calculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais. Contudo, não houve a chamada "repercussão geral", ou seja, este entendimento só é permitido a quem requerer judicialmente. Neste sentido, a administração da CERIS, para que possa haver energia mais barata aos seus consumidores, estará analisando a possibilidade de ajuizamento no ano de 2021, para trazer aos seus consumidores, o mais breve possível este benefício fiscal, que repercute no total da fatura de energia elétrica.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2020, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra. – CERIS promoveu a valorização e capacitação de seus colaboradores proporcionando-lhes palestras, cursos e seminários, sempre considerando a peculiaridade de cada função exercida. Foram realizados Cursos de Reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10 e 35 e, conforme Portaria nº 598/2004. Também concedeu mensalmente o benefício auxílio-alimentação através do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Manteve, ainda, convênios com Planos de Saúde.

Responsabilidade Social:

A CERIS contribui sempre que solicitado com os eventos culturais desenvolvidos pelo poder municipal, Igreja, Escolas, tais como: Festas Juninas, corrida de São Silvestre, datas comemorativas (dia das mães, natal). Temos como propósito, auxiliar as comunidades abrangidas pela nossa área de permissão através de patrocínios, inclusive disponibilizando a nossa infraestrutura.

CIPA CERIS:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CERIS desenvolve suas atividades abordando e fiscalizando assuntos como: riscos atinentes às funções, uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção, devida identificação e sinalização dos ambientes com risco, entre outros, bem como na divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho.

Tais assuntos têm como objetivo apontar e sugerir soluções para problemas de segurança e saúde, visando à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Os membros da CIPA realizam reuniões mensais no escritório da Empresa, objetivando não apenas cumprir a Norma Regulamentadora nº 05, mas também primar pela segurança dos colaboradores da CERIS e demais envolvidos no processo.

Educação:

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra. – CERIS reembolsa aos colaboradores sempre que solicitado, 50% da mensalidade paga para cursos de ensino superior, ligados à atividade da Empresa e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra CNPJ: 57.384.943/0001-82 Demonstração do Balanço Social - 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)						
	2020			2019		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	10.534,19			9.542,38		
Lucro Operacional (LO)	706,87			364,65		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	3.964,10			3.719,39		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	356,53	8,99%	3,38%	323,95	8,71%	3,39%
Encargos sociais compulsórios	885,37	22,33%	8,40%	810,84	21,80%	8,50%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	263,95	6,66%	2,51%	233,64	6,28%	2,45%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5,49	0,14%	0,05%	30,94	0,83%	0,32%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	2,29	0,06%	0,02%	4,23	0,11%	0,04%
Outros Benefícios	67,73	1,71%	0,64%	63,71	1,71%	0,67%
Total	1.581,36	39,89%	15,01%	1.467,31	39,45%	15,38%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	24,11	3,41%	0,23%	26,07	7,15%	0,27%
Total de contribuições para a sociedade	24,11	3,41%	0,23%	26,07	7,15%	0,27%
Tributos - excluídos encargos sociais	2.451,93	346,87%	23,28%	2.102,82	576,67%	22,04%
Total	2.476,04	350,28%	23,50%	2.128,89	583,82%	22,31%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2020	2019
	em	em
5 - Indicadores do corpo funcional	unidades	unidades
Empregados no final do período	46	45
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	8	7
Ensino médio	25	23
Ensino fundamental	13	15
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	10	10
De 30 até 45 anos (exclusive)	15	17
Acima de 45 anos	21	18
Admissões durante o período	3	2
Mulheres que trabalham na empresa	6	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	50,00%	50,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	75,00%	75,00%
Negros que trabalham na empresa	5	5
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	20,00%	20,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	25,00%	25,00%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	72	72
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,59	6,07
Maior remuneração	9,53	8,26
Menor remuneração	1,11	1,36
Acidentes de trabalho	1	1

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERIS refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, sendo que, ao término do exercício, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição no exercício atingiu um montante de R\$/mil 13.967,81, superior ao ano anterior em 11,38% que foi de R\$/mil 12.540,51.

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2020 foi de 6.253, já em 2019 foi de 6.007 ocasionando um aumento de 4,10% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal e Administração do exercício de 2020 importaram em R\$/mil 3.964,10 e no exercício anterior foi de R\$/mil 3.719,39, ocasionado um aumento de 6,58% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas – As demais despesas Administrativas no exercício de 2020, foi de R\$/mil 1.821,38, inferior em 3,18% a do ano anterior que foi de R\$/mil 1.881,30.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2020 importou em R\$ /mil 385, enquanto que, no exercício de 2019, houve um Resultado Financeiro R\$/mil 407,13.

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2020
1. Liquidez			
Corrente ou Comum	AC - PC	R\$	6.066,24
Seca	(AC - E) / PC	R\$	4,53
Absoluta	AD / PC	R\$	3,00
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	4,23
2. Lucratividade			
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	9,45
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	9,45
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	8,36
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	23,99
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	7,03
3. Rentabilidade			
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	6,08
4. Endividamento			
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	13,53
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	86,47
5. Investimentos			
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	9,70
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	82,74
6. Garantias			
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	7,44
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	38,29
7. Capital de Giro Próprio			
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	6,07

Valores Expressos em (R\$/mil)

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos e Débitos Fiscais

A CERIS possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro abaixo e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

Período Aquisição	Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2016 a 2020	ICMS Imobilizado 1/48	101,71	158,13	259,84
Exercício de 2020	ISS	0,31	0,00	0,31
Exercício de 2020	ICMS	0,00	0,81	0,81
Exercício de 2020	IRRF Sob Aplic Financeira	70,63	0,00	70,63
	TOTAIS	172,65	158,95	331,59

A CERIS não possui débitos fiscais com Receita Federal.

	Legislação societária		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Total parcelamento	-	-	-

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

Em 31/12/2020, bem como em 31/12/2019, a CERIS não possuía nenhum passivo ambiental em Curso. Informamos, também, que, embora nosso atendimento seja quase totalmente na zona Rural, quando necessário realizar poda de árvores ao longo de nossas redes, instruímos nossos colaboradores a realizá-la com consciência ecológica, visando à segurança da rede associada aos cuidados da natureza.

34 Energia Livre

A CERIS está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na Legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENEL ENERGIA, conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS Sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo, por meio do Parecer 146/14, em resposta à consulta apresentada no que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que, com base no Parecer 163/2004, há incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores, cujo pagamento cabe ao consumidor beneficiado.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu reajuste tarifário em 07/2020, não existindo diferimento de tarifas.

37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo

Nosso ciclo tarifário da Primeira Revisão Tarifária das Permissionárias de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica encerrou-se no mês de julho/2016. Contudo, conforme indefinição das regras regulatórias nesta data, nossa tarifa do ciclo 2015/2016 foi prorrogada para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologatória No. 2101/2016/ANEEL.

Em 07/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da RH 2.264 de 27/07/2017. O índice de reposicionamento foi de 7,94%. Teve também por meio desta RTP o ajuste da sua Base de Remuneração por meio do VNR e também no nível de perdas regulatórias para 12,05 sobre a energia injetada. A partir da assinatura do 3º Termo Aditivo do Contrato de Permissão, onde houve a migração da metodologia do Proret 8.1 para 8.4, não mais se realiza RTP, e tão somente o reposicionamento da Parcela B da Permissionária.

38 Ganhos Contingentes

A CERIS não possuiu Ganhos Contingentes neste exercício e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.264 de 07/07/2017, se atualizados pelo IPCA nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

2020	0	2,10%	2,99%	2,22%	0,98%
	RTP 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	22.687.122,17	23.163.551,74	23.856.141,94	24.385.748,29	24.385.748,29
(2) Obrigações Especiais Bruta	0,00	-	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.100.511,19	1.123.621,93	1.157.218,22	1.182.908,47	1.194.500,97
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	21.586.610,98	22.039.929,81	22.698.923,71	23.202.839,82	23.191.247,32
(5) Depreciação Acumulada	9.201.164,23	9.394.388,68	9.675.280,91	9.890.072,14	9.890.072,14
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	13.485.957,94	13.769.163,05	14.180.861,03	14.495.676,14	14.495.676,14
(7) Obrigações Especiais Líquida	0,00	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almojarifado em Operação	68.061,37	69.490,66	71.568,43	73.157,24	73.874,19
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	13.554.019,30	13.838.653,71	14.252.429,46	14.568.833,39	14.569.550,33
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	510.986,53	521.717,24	537.316,59	549.245,02	554.627,62
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	863.464,44	881.597,19	907.956,95	928.113,59	937.209,11

Obs. O índice utilizado para correção foi o IPCA acumulado publicado nos IRT's de cada Período excluindo-se o fator “X”.

40 Reajuste Tarifário

Esta Permissionária teve seu reajuste tarifário em 07/2020 por meio da RH 2.745 que homologou o Reposicionamento Tarifário com financeiros de -9,41% (nove virgula quarenta e um por cento negativo)), sendo 12,03% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -21,44% relativos aos componentes

financeiros. As tarifas de aplicação da CERIS ficaram, em média, reajustadas em 13,85%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

41 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2020 e 2019 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERIS vinculados ao Serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. No último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, a partir de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, valor esse estornado nas Demonstrações Societárias.

42 Conciliação do índice do EBITDA/LAJIDA

A fim de possibilitar a reconciliação do Lucro Líquido com o LAJIDA, apresentamos a tabela a seguir:

	2020	2019
Lucro/Prejuízo Líquido	1.092,16	771,77
Juros sobre Empréstimos e Financiamento:	-	-
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	125,60	96,41
Depreciação e Amortização	492,42	495,86
	1.710,19	1.364,04



43 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo nº 10 da Instrução Normativa nº 1.397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2020						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		7.731,17	-	7.731,17	-	7.731,17
Caixa e equivalentes de caixa		4.986,68	-	4.986,68	-	4.986,68
Consumidores	14.1	1.773,11	-	1.773,11	-	1.773,11
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		128,07	-	128,07	-	128,07
Tributos compensáveis		189,49	-	189,49	-	189,49
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		190,56	-	190,56	-	190,56
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		2,00	-	2,00	-	2,00
Ativos financeiros setoriais	14.2	135,02	-	135,02	-	135,02
Despesas pagas antecipadamente		72,39	-	72,39	-	72,39
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		253,85	-	253,85	-	253,85
Ativo não circulante		14.901,75	(6.733,32)	8.168,43	-	8.168,43
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		158,13	-	158,13	-	158,13
Depósitos judiciais e cauções		29,17	-	29,17	-	29,17
Investimentos temporários		506,76	-	506,76	-	506,76
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	670,47	670,47	(1.862,38)	(1.191,91)
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	14.175,69	(12.633,07)	1.542,62	5.026,50	6.569,12
Intangível	14.5	31,99	5.229,28	5.261,27	(3.164,12)	2.097,15
Total do ativo		22.632,92	(6.733,32)	15.899,60	-	15.899,60

Passivo						
Passivo circulante		1.664,93	-	1.664,93	-	1.664,93
Fornecedores		197,12	-	197,12	-	197,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures		2,25	-	2,25	-	2,25
Obrigações sociais e trabalhistas		327,75	-	327,75	-	327,75
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		479,98	-	479,98	-	479,98
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		210,89	-	210,89	-	210,89
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	202,07	-	202,07	-	202,07
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		34,35	-	34,35	-	34,35
Outros passivos circulantes		210,53	-	210,53	-	210,53
Passivo não circulante		485,82	-	485,82	-	485,82
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Ene		485,82	-	485,82	-	485,82
Total do passivo		2.150,75	-	2.150,75	-	2.150,75
Patrimônio líquido						
Capital social		4.028,29	-	4.028,29	-	4.028,29
Reservas de capital		557,36	-	557,36	-	557,36
Outros resultados abrangentes		6.733,32	(6.733,32)	0,00	-	0,00
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		-	-	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia		9.184,68	-	9.184,68	-	9.184,68
Perdas não cobertas pelos cooperados		(21,48)	-	(21,48)	-	(21,48)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		20.482,17	(6.733,32)	13.748,85	-	13.748,85
Total do passivo e do patrimônio líquido		22.632,92	(6.733,32)	15.899,60	-	15.899,60



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2020						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		13.967,81	-	13.967,81	-	13.967,81
Fornecimento de energia elétrica		4.378,35	-	4.378,35	-	4.378,35
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		7.178,66	-	7.178,66	-	7.178,66
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		33,73	-	33,73	-	33,73
Serviços cobráveis		14,94	-	14,94	-	14,94
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		2.362,14	-	2.362,14	-	2.362,14
Tributos		(2.451,93)	-	(2.451,93)	-	(2.451,93)
ICMS		(2.209,83)	-	(2.209,83)	-	(2.209,83)
PIS-PASEP		(41,61)	-	(41,61)	-	(41,61)
Cofins		(192,03)	-	(192,03)	-	(192,03)
ISS		(8,47)	-	(8,47)	-	(8,47)
Encargos - Parcela "A"		(981,69)	-	(981,69)	-	(981,69)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(869,97)	-	(869,97)	-	(869,97)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(30,75)	-	(30,75)	-	(30,75)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(80,97)	-	(80,97)	-	(80,97)
Receita líquida / Ingresso líquido		10.534,19	-	10.534,19	-	10.534,19
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.041,85)	-	(4.041,85)	-	(4.041,85)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.866,25)	-	(3.866,25)	-	(3.866,25)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		(136,60)	-	(136,60)	-	(136,60)
(-) Reversão de devolução tarifária		(73,14)	-	(73,14)	-	(73,14)
Outros		34,14	-	34,14	-	34,14
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		6.492,35	-	6.492,35	-	6.492,35
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(6.342,84)	557,36	(5.785,48)	-	(5.785,48)
Pessoal e administradores (inclui 60,11 de remuneração a administradores)		(3.964,10)	-	(3.964,10)	-	(3.964,10)
Material		(428,54)	-	(428,54)	-	(428,54)
Serviços de terceiros		(864,96)	-	(864,96)	-	(864,96)
Arrendamento e aluguéis		(203,56)	-	(203,56)	-	(203,56)
Seguros		(34,83)	-	(34,83)	-	(34,83)
Doações, contribuições e subvenções		(24,11)	-	(24,11)	-	(24,11)
Provisões		(16,39)	-	(16,39)	-	(16,39)
Recuperação de despesas		19,12	-	19,12	-	19,12
Tributos		(36,91)	-	(36,91)	-	(36,91)
Depreciação e amortização		(1.057,31)	557,36	(499,95)	-	(499,95)
Gastos diversos da atividade vinculada		(120,10)	-	(120,10)	-	(120,10)
Outras Receitas Operacionais		512,13	-	512,13	-	512,13
Outras Gastos Operacionais		(123,30)	-	(123,30)	-	(123,30)
Resultado da Atividade		149,51	557,36	706,87	-	706,87

Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	385,29	-	385,29	-	385,29
Despesas financeiras	(7,43)	-	(7,43)	-	(7,43)
Receitas financeiras	392,73	-	392,73	-	392,73
Resultados com atos Cooperados	-	-	-	(669,85)	(669,85)
Sobras com atos cooperados				(669,85)	(669,85)
Outros ajustes LALUR				17,70	17,70
Valores Indedutíveis	-	-	-	17,70	17,70
Comp. Prejuízos Exercício Anteriores	-	-	-	-	-
Prejuízos exercícios Anteriores				-	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	534,80	557,36	1.092,16	(652,15)	422,31
Despesa com impostos sobre os lucros	(125,60)	-	(125,60)	-	(125,60)
Resultado líquido das operações em continuidade	409,20	557,36	966,56	(652,15)	296,71
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	409,20	557,36	966,56	(652,15)	296,71



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2020									
	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo REG em 31 de dezembro de 2020	4.028,29	557,36	6.733,32	0,00	-	9.184,68	(21,48)	-	20.482,18
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(6.733,32)	-	-	-	-	-	(6.733,32)
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo SOC em 31 de dezembro de 2020	4.028,29	557,36	-	0,00	-	9.184,68	(21,48)	-	13.748,86



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

44 Quotas da CDE Repassadas as Distribuidoras e Reembolsadas pela ELETROBRAS

Conforme programa governamental implantado após a edição da Lei 12.839/2013 que incorporou os termos da MPV nº 605/2013 e publicação da RTE, a CERIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2020 o saldo de R\$/mil 210,55 a receber.

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBSIDIO REGULATÓRIO ÁGUA E ESGOTO	1,79	5,60	(7,39)	-
SUBSÍDIO REGULATÓRIO RURAL ATIVO	1,65	98,94	(100,59)	-
SUBVENÇÃO CDE - DMR - BAIXA RENDA (TSEE)	6,50	48,89	(55,39)	-
SUBVENÇÃO CDE DENSIDADE - PARCELA B	177,06	2.201,69	(2.188,87)	189,88
SUBVENÇÃO CDE - TARIFA DE EQUILIBRIO	1,47	-	-	1,47
SUBSÍDIO CDE RURAL - CICLO 2019/2020	-	3,32	-	3,32
SUBSÍDIO CDE RURAL - CICLO 2020/2021	-	9,90	-	9,90
SUBSÍDIO CDE ÁGUA E ESGOTO - CICLO 2019/2020	-	2,58	-	2,58
SUBSÍDIO CDE ÁGUA E ESGOTO - CICLO 2020/2021	-	0,30	-	0,30
SUBSÍDIO CDE DMR BAIXA RENDA - CICLO 2020/2021	-	3,08	-	3,08
TOTAL	188,48	2.374,31	(2.352,24)	210,55

45) Efeitos da Pandemia Corona Vírus (Covid 19)

1. Empréstimo – Conta COVID

No intuito de amenizar os efeitos negativos gerados a partir da decretação de Pandemia pela OMS, o Poder Concedente em conjunto com outros entes Federal, Estadual e pela ANEEL, em 18 de maio de 2020 editou o Decreto nº 10.350 que dispôs sobre a criação de um Fundo destinado ao Setor Elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que por sua vez foi regulamentado pela Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e REN nº 885, de 23 de junho de 2020 - CONTA-COVID que teve como finalidade manter em equilíbrio as operações financeiras com a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Por fim, a Portaria nº 6.584, de 24 de novembro de 2020, delegou à SGT a homologação das quotas específicas da CDE, denominadas CDE-COVID, a serem recolhidas pelas distribuidoras.

Também houve a decretação da suspensão dos cortes, e, orientações temporárias para enfrentamento da Situação.

Na disponibilização do Empréstimo que a ANEEL gestou, seria captado junto ao mercado um determinado valor, para aquelas Empresas que tivessem dificuldades de captação de fluxo de caixa, em função de outros endividamentos, quer seja por dificuldades internas de seu mercado, quer seja por estarem em andamento com algum grande projeto Conforme regulamentação. Poderia solicitar a ANEEL o referido empréstimo com uma particularidade e regulamentação (o valor do encargo para a amortização

da Conta Covid irá considerar os custos financeiros e administrativos das operações de crédito contratadas, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição de reserva de liquidez correspondente a 10% do custo total das operações).

A CERIS, exercício de 2020, não tinha nenhum empréstimo ou financiamentos em andamento, sendo que todos os seus projetos e investimentos foram realizados com recursos próprios ou quando de terceiros com pagamento em curto prazo, não sendo necessário lançar mão de financiamentos externos para conter as adversidades causadas pela paralisação do mercado. Desta forma, não precisando encaminhar à ANEEL os Termos de Aceitação – TAs (Empréstimo – CONTA COVID), nos permitindo enfrentar sem maiores problemas o auge da crise sanitária, o qual, com sucesso, enfrentamos com recursos mais saudáveis para a Empresa e seus consumidores, sem necessariamente reduzir a qualidade dos serviços ou da energia distribuída a nossos Cooperados / Consumidores ou benefícios aos nossos Colaboradores.

2. Comportamento do mercado:

Não deixou, no entanto, a CERIS e seus Consumidores de sentir os efeitos advindos da crise mundial do novo CORONAVIRUS. Porém devido ser nosso mercado composto por aproximadamente 95% de consumidores da Classe Residencial, e estes terem que se manterem por grande período, reclusos em suas residências com a decretação de restrições de deslocamento e manutenção de distanciamento social para controle da transmissão do VÍRUS, não houve grandes variações de consumo, bem como nos valores faturados. Mesmo a Classe Baixa Renda que tiveram suas faturas zeradas conforme determinação do Governo, não afetou diretamente o fluxo de caixa, pois tais valores foram repassados à CERIS com recursos do Fundo CDE.

Para melhor demonstrar, seguem nos quadros abaixo os dados de Faturamento, Arrecadação, Inadimplimento e parcelamentos do período:

Energia Faturada

Mês/Ano	kWh Faturado	% Variação
jan/20	1.461.061	0%
fev/20	1.344.708	-7,96%
mar/20	1.468.777	9,23%
abr/20	1.436.483	-2,20%
mai/20	1.330.868	-7,35%
jun/20	1.318.008	-0,97%
jul/20	1.403.070	6,45%
ago/20	1.323.530	-5,67%
set/20	1.391.892	5,17%
out/20	1.456.711	4,66%

3) Número de consumidores beneficiados com a Tarifa Social de Energia Elétrica que tiveram o consumo até 200 kWh totalmente custeadas com Verbas da CDE:

A quantidade de UCS contempladas inicialmente foi de 148

Porém mensalmente, as seguintes quantidades de faturas custeadas com verbas do Fundo CDE:

Mês/Ano	Quantidade de UC's
abr/20	52
mai/20	45
jun/20	51

4) Inadimplência durante a crise

Durante o período de crise, foi verificada a seguinte variação no nível de inadimplência:

Mês/Ano	R\$ em Atraso	% Variação
jan/20	302.631,72	0%
fev/20	372.847,90	23,20%
mar/20	344.790,74	-7,53%
abr/20	428.850,44	24,38%
mai/20	478.771,28	11,64%
jun/20	466.271,94	-2,61%
jul/20	449.370,66	-3,62%
ago/20	427.526,09	-4,86%
set/20	427.345,96	-0,04%
out/20	418.125,61	-2,16%

Durante o período de 01 a 10/2020, houve uma variação para cima dos percentuais de inadimplentes, principalmente nos meses de 02, 04 e 05/2020. Já a partir do mês de junho observa-se uma regressão percentual em relação ao mês anterior, ficando, porém em um patamar considerado alto em valores relativos em comparação à 01/2020.

5) Também com base em orientação da ANEEL, os consumidores inadimplentes poderiam renegociar seus débitos em maior número de parcelas. Abaixo relacionamos o número de consumidores que fizeram uso desta prerrogativa:

Mês/Ano	Nº de parcelamentos
abr/20	8
mai/20	5
jun/20	9
jul/20	9
ago/20	25
set/20	21

46 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 24/03/2021 pela Diretoria, não podendo os senhores Cooperados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.



LAURINDO PEREIRA PINTO

Presidente



REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA

Contador

CRC 1SP198857/O-2

Parecer do Conselho Fiscal Societário



CERIS

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

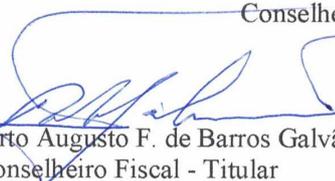
PARECER DO CONSELHO FISCAL

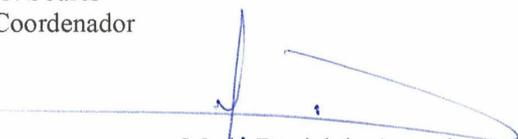
O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPEÇERICA DA SERRA - CERIS, pelos seus membros representantes do Conselho Fiscal, abaixo identificados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2019 para os fins previstos no Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem as Demonstrações Contábeis, constatou-se que:

- 1) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- 2) As despesas efetuadas autorizadas pela Administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa e estão devidamente documentadas;
- 3) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;
- 4) O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;
- 5) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
- 6) Que os resultados com Atos Cooperados, que apresentaram Sobras no valor de 340.782,01 (Trezentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e dois reais e um centavo), ficarão a disposição da AGO para deliberação da sua destinação;
- 7) Que os resultados com Atos não Cooperados, que apresentou um lucro no valor de R\$ 249.382,01 (Duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e um centavo), foi devidamente transferidos para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme determina na Lei e na NBC T 10.8;
- 8) Dado o exposto, recomendamos a aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício findo de 2019, pela Assembleia Geral Ordinária.

São Lourenço da Serra, 11 de março de 2020.

MARCO AURÉLIO DA C. SOARES
Marco Aurélio da C. Soares
Conselheiro Fiscal – Coordenador


Roberto Augusto F. de Barros Galvão
Conselheiro Fiscal - Titular


Mariô Daniel do Amaral
Conselheiro Fiscal - Titular

Avenida Evaristo Delfino Pinto nº 120 – Centro - CEP: 06890-000 - São Lourenço da Serra – SP
Fone / Fax: 4687-1122
CNPJ: (MF) 57.384.943/0001-82 - IE: 772.001.301.111



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.



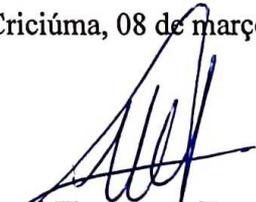
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 08 de março de 2021.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638